

Ana Claudia Karam Abdallah dos Santos

**A TUTELA JURÍDICA DO “CAPITAL INTELECTUAL”
DAS SOCIEDADES EMPRESÁRIAS**

Tese apresentada à banca examinadora da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Direito, sob orientação do Professor Doutor Paulo Fernando Campos Salles de Toledo.

Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

São Paulo

2009

Agradecimentos

Este trabalho não seria possível sem a receptividade, o incentivo e o entusiasmo do Professor Doutor Paulo Fernando Campos Salles de Toledo, cuja experiente orientação agradeço imensamente. Aos Professores Doutores Jorge Cintra, Antonio Jorge Pereira Júnior e Antonio Nieto, a generosa contribuição e apoio iniciais ao projeto desta tese. À Professora Doutora Iris Gardino, a primorosa revisão. Às minhas amigas Patricia Lavecchia e Marialva Busche Rodrigues, companheiras de todas as horas. À Biblioteca Jurídica do Banco Itaú, fonte fundamental de pesquisa.

Dedicatória

A meus pais, Jorge e Elisete, com toda gratidão.

Ao meu marido Cláudio, amor da minha vida.

Ao meu filho Gabriel, minha maior inspiração.

RESUMO

Na atual era pós-industrial, o conhecimento passa a ser o principal fator de produção da economia. De fato, ele confere à empresa seu maior diferencial competitivo no mercado globalizado: a inovação, ou seja, a capacidade de, continuamente, gerar novos produtos, processos e serviços ou aperfeiçoar os existentes. A organização da empresa em sociedade empresária possibilita a criação de conhecimento coletivo oriundo do trabalho profissional dos seus sócios, administradores e empregados, fato que originou a expressão “capital intelectual”, cunhada no âmbito econômico para designar o patrimônio empresarial de natureza intangível resultante de contribuições intelectuais. Como o Direito é precedido da evolução das sociedades e da Economia, nota-se a importância de sempre se buscarem soluções jurídicas às novas realidades socioeconômicas que surgem ao longo da história. Diante disso, a análise da natureza jurídica e das formas de tutela do “capital intelectual” torna-se imperativa para a identificação e apropriação privada desse patrimônio pela sociedade empresária, seja por meio do exercício de direitos de exclusivo, seja pela implementação de mecanismos de governança capazes de assegurar a diferenciação da atividade empresarial no mercado e a necessária coibição de práticas de concorrência desleal.

Palavras-chave: capital intelectual; intangíveis; propriedade intelectual; concorrência desleal.

ABSTRACT

In the current post-industrial age, knowledge becomes the main production factor of the economy. Indeed, it provides the company with its main competitive advantage in the globalized market: the innovation, that is, the capacity of continuously generating new products, processes and services or enhance the existing ones. The company's organization as business company allows the creation of collective knowledge arising from the professional work of its partners, officers and employees, which fact originated the term "intellectual capital", created in the economic scope to designate the corporate equity of intangible nature resulting from intellectual contributions. As the Law came after the evolution of the companies and of the Economics, it is noted the importance of the constant search for legal solutions, the new socioeconomic realities that appear along the history. In view of that, the analysis of the legal nature and of the forms of protection of the "intellectual capital" becomes critical for the identification and private appropriation of such equity by the business company, either by means of the exercising of exclusive rights or by the implementation of governance mechanisms capable of ensuring the differentiation of the corporate activity in the market and the required restraining of unfair competition practices.

Keywords: intellectual capital, intangible, intellectual property, unfair competition.

RIASSUNTO

Nell'attuale era postindustriale, la conoscenza passa a essere il principale fattore di produzione dell'economia. In effetti, esso conferisce all'azienda il suo maggiore differenziale competitivo sul mercato globalizzato all'innovazione, ovvero, alla capacità di, continuamente, creare nuovi prodotti, processi e servizi o perfezionare quelli esistenti. L'organizzazione dell'azienda in società imprenditoriale rende possibile la creazione della conoscenza collettiva proveniente dal lavoro professionista dei suoi soci, amministratori e impiegati, fatto che ha dato origine all'espressione "capitale intellettuale", inventata nell'ambito economico per designare il patrimonio imprenditoriale di natura intangibile risultante da contributi intellettuali. Siccome il Diritto è preceduto dall'evoluzione delle società e dall'Economia, si nota l'importanza di cercare sempre soluzioni giuridiche alle nuove realtà socioeconomiche che sorgono lungo la storia. Dinanzi a ciò, l'analisi della natura giuridica e delle forme di tutele del "capitale intellettuale" si rende imperativa per l'identificazione e appropriazione privata di questo patrimonio per la società imprenditoriale, sia attraverso l'uso di diritti di esclusiva, sia per la messa in pratica di meccanismi di governo capaci di garantire la differenziazione dell'attività imprenditoriale sul mercato e la necessaria repressione delle pratiche di concorrenza sleale.

Parole chiave: capitale intellettuale, intangibili, proprietà intellettuale, concorrenza sleale.

SUMÁRIO

Introdução.....	9
Capítulo 1 A Economia do Conhecimento.....	11
1.1 Breve histórico da evolução econômica.....	11
1.1.1 Era agrícola.....	11
1.1.2 Era industrial.....	14
1.1.3 Era do conhecimento.....	15
1.1.3.1 Conceito de conhecimento.....	18
1.1.3.2 Formas de criação do conhecimento.....	20
1.1.3.3 Características do conhecimento.....	21
Capítulo 2 O Novo Direito de Empresa	23
2.1 Direito, mercado e organizações empresariais.....	23
2.2 Conceito econômico X Conceito jurídico de empresa.....	26
2.3 A atividade empresarial e a criação de conhecimento.....	29
2.3.1 Concorrência e sustentabilidade.....	33
2.4 A sociedade empresária.....	38
2.4.1 Personalidade jurídica.....	39
2.4.2 Noção de capital social e patrimônio.....	40
2.5 O estabelecimento empresarial.....	43
2.5.1 Organização, dinamismo e aviamento.....	43
2.5.2 Elementos componentes do estabelecimento.....	45
Capítulo 3 – Os Intangíveis na era do conhecimento	46
3.1 Nova realidade, novos bens de propriedade da empresa.....	46
3.2 Avaliação e contabilização: um desafio tangível.....	47
3.3 A Propriedade Intelectual e a proteção dos novos intangíveis.....	54
Capítulo 4- “Capital Intelectual”.....	59
4.1 Origem e significado da expressão.....	59
4.2 Natureza jurídica.....	62
4.3 Aviamento e “Capital Intelectual”.....	62
4.4 <i>Know how</i> e “Capital intelectual”.....	64
4.5 Crítica à expressão “capital intelectual”.....	65
Capítulo 5 - A tutela jurídica do “capital intelectual”.....	

Finalidades e formas possíveis.....	66
Conclusões	68
Bibliografia.....	70

INTRODUÇÃO

As mudanças socioeconômicas experimentadas nas últimas décadas configuraram um novo cenário, no qual os agentes procuram situar-se e adaptar-se. Essas mudanças caracterizaram, segundo alguns estudiosos do assunto, um período de transição da última fase da era industrial para a chamada “era do conhecimento”, também conhecida como “Economia do Conhecimento”.

O traço mais marcante dessa nova era é a desmaterialização dos meios de produção. Os bens intangíveis, oriundos do trabalho humano, são os grandes geradores de riqueza para as organizações, em especial para as sociedades empresárias, que passam a ser reconhecidas como *repositórios vitais de recursos humanos intelectuais*¹. Surge, nesse contexto, a expressão “capital intelectual”, cunhada no âmbito econômico para designar o patrimônio corporativo resultante de contribuições intelectuais, fruto do conhecimento, que, acumuladas com o passar do tempo, sustentam o funcionamento das empresas no mercado.

Atualmente, a identificação, mensuração e gestão do “capital intelectual” tem sido objeto de estudo tanto da microeconomia, que o trata como fator estratégico para o crescimento e sustentabilidade das empresas no mercado, quanto pela contabilidade, que busca novos modelos de identificação, mensuração e registro desse novo ativo.

Na medida em que o Direito é precedido pela evolução das sociedades e da Economia, nota-se a importância de sempre se buscarem soluções jurídicas às novas realidades socioeconômicas que surgem ao longo da história, seja por meio do uso da hermenêutica, a fim de alargar o âmbito de aplicação de normas já existentes, seja pela criação de novos mecanismos de proteção e regulamentação. Por isso, o principal objetivo

¹EDVINSSON, Leif; MALONE.M.S. **Capital Intelectual**. Tradução Roberto Galman, São Paulo: Makron Books, 1998.

deste trabalho é o de qualificar juridicamente o “capital intelectual”, buscando mecanismos para sua proteção.

Não temos a pretensão de esgotar o tema, que traz consigo grande inovação. Esperamos, no entanto, lançar um primeiro foco de luz sobre ele, que permita despertar estudiosos e profissionais do Direito para essa nova e indubitável realidade.

Gracias por visitar este Libro Electrónico

Puedes leer la versión completa de este libro electrónico en diferentes formatos:

- HTML(Gratis / Disponible a todos los usuarios)
- PDF / TXT(Disponible a miembros V.I.P. Los miembros con una membresía básica pueden acceder hasta 5 libros electrónicos en formato PDF/TXT durante el mes.)
- Epub y Mobipocket (Exclusivos para miembros V.I.P.)

Para descargar este libro completo, tan solo seleccione el formato deseado, abajo:

